

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

SELMA DE OLIVEIRA MEIRA

**CARACTERÍSTICAS DAS POTENCIALIDADES
ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS:
ANÁLISE DO COMÉRCIO**

**JARDIM/MS
2012**

SELMA DE OLIVEIRA MEIRA

**CARACTERÍSTICAS DAS POTENCIALIDADES
ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS:
ANÁLISE DO COMÉRCIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciada em Geografia.

**JARDIM/MS
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA

Meira, S. de O.

Características das Potencialidades econômicas do município de Jardim/MS: Análise do Comércio

Selma de Oliveira Meira – Jardim: [s.n.], 2012.

55 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof.^a Msc. Marilete Osmari

1. Cidades. 2. Potencialidades. 3. Econômico. 4. Município. 5. Jardim/MS.

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos científicos.

Selma de Oliveira Meira

TERMO DE APROVAÇÃO

SELMA DE OLIVEIRA MEIRA

CARACTERÍSTICAS DAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS: ANÁLISE DO COMÉRCIO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^ª. MSc. Marilete Osmari
Professora do Curso de Geografia da UEMS

Prof.^ª Dr. Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa
Professora do Curso de Geografia da UEMS

Prof^ª. MSc. Alvina Denise Boeira
Rede Pública de Ensino – SED – Jardim/MS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente á Deus por ter me ajudado até aqui, e ter me concedido forças para vencer todas as dificuldades que surgiram no meu caminho, não permitindo que eu desistisse.

A minha família, em especial aos meus pais Mario Célio Meira e Elza de Oliveira Meira pelo apoio, amor, incentivo e compreensão que sempre tiveram comigo.

Meus sinceros agradecimentos também á minha irmã Francieli que sempre esteve ao meu lado nos bons e maus momentos me dando força e incentivo.

Ao meu irmão Marcos que mesmo não estando perto de mim todo o tempo, mas sempre torceu ao meu favor.

Agradeço também á professora Marilete Osmari que foi minha orientadora pelo incentivo e pela compreensão.

Agradeço também á Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul pela oportunidade de formação, pela experiência e pelo conhecimento.

Agradeço também a alguns colegas meus de sala, (os mais próximos) com os quais eu tive um convívio mais assíduo durante estes quatro anos.

Enfim agradeço a todas as pessoas que me ajudaram direto e indiretamente, para que eu concluísse este curso de graduação.

EPÍGRAFE

Cada um deve fazer por si mesmo, com paciência e audácia, o estilo de análise que lhe parecer mais conveniente na luta pelo conhecimento, na luta por conhecer o mundo, e tentar mudá-lo, na medida que lhe permitirem as suas próprias forças, e as forças sociais antes as quais se situa.

(Maria da Conceição Tavares)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivos principais avaliar e descrever as potencialidades das atividades econômicas mais especificamente a atividade comercial existente no município de Jardim/MS, e também a realidade socioeconômica da população. Para realização desta pesquisa inicialmente se construiu um referencial teórico sobre o tema, abordando os inúmeros papéis das cidades na atualidade dando ênfase as pequenas cidades na rede urbana brasileira, além disso destacou-se também aspectos teóricos sobre as potencialidades econômicas das cidades, e suas funções urbanas. Posteriormente elaborou-se um questionário que foi aplicado aos comerciantes da cidade de Jardim/MS, também foram utilizados dados secundários previamente selecionados de acordo com a temática. Este estudo procurou refletir sobre as particularidades do município de Jardim/MS enquanto espaço econômico, procurando identificar as potencialidades que podem ser mais bem exploradas para a obtenção de um nível mais elevado de desenvolvimento, ou seja, melhorando as que já existem, e buscando identificar novos meios para o desenvolvimento local.

Palavras chaves: Cidades. Potencialidades. Econômico. Município. Jardim/MS.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate and describe the main potential economic activities will specifically existing commercial activity in the city of garden / MS, and will also socioeconomic reality of the population. To conduct this research initially constructed a theoretical framework on the subject, including the numerous roles of cities today emphasizing the small towns in the Brazilian urban network also was emphasized also theoretical aspects of the economic potential of cities and their urban functions. Later we prepared a questionnaire that was applied to merchants of the city of Garden / MS, were also used secondary data previously selected according to themes will. This study sought to reflect on the particularities of the city of Garden / MS while economic space, seeking to identify the potential that could be further explored to achieve a higher level of development, or improving existing ones, and trying to identify new means for local development.

Keywords: Cities. Potential. Economic. Municipality. Garden / MS.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 01: Evolução da população total do Município de Jardim/MS..... | 34 |
| Gráfico 02: População urbana e população rural do Município de Jardim/MS | 36 |
| Gráfico 03: Perfil das atividades produtivas do Município de Jardim/MS | 37 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01: Funções Urbanas | 32 |
| Quadro 02: Origem das mercadorias que são revendidas no comércio varejista local | 42 |
| Quadro 03: Opiniões dos comerciantes acerca do que precisa melhorar na cidade de Jardim/MS | 45 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01: Histórico da população urbana e rural do Município de Jardim/MS..... | 35 |
|---|----|

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 01: Tempo de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do ramo do vestuário da cidade de Jardim/MS..... | 39 |
| Figura 02: Recebimento de incentivos financeiro para abertura da empresa..... | 40 |
| Figura 03: Salário dos funcionários do comércio..... | 40 |
| Figura 04: Rentabilidade das empresas do ramo do vestuário | 41 |
| Figura 05: Contribuição dos estabelecimentos comerciais para á cidade de Jardim /MS..... | 43 |
| Figura 06: Acumulação de capital para abertura de uma nova empresa | 44 |
| Figura 07: Mobilidade dos funcionários nos últimos cinco anos | 46 |

LISTA DE SIGLAS

ABIT: Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção

CADÚNICO: Cadastro Único para Programas Sociais

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

MS: Mato Grosso do Sul

PIB: Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO I - ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DE CIDADE, ECONOMIA URBANA E SEU DEBATE SOCIAL | 17 |
| 1.1 O papel econômico das pequenas cidades brasileiras | 20 |
| 1.2 A busca pelo desenvolvimento econômico e social nas pequenas cidades | 22 |
| 1.3 O comércio e as cidades:Um breve histórico e uma realidade á caminho da produção e do desenvolvimento..... | 24 |
| CAPÍTULO II - ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E FUNÇÕES URBANAS..... | 28 |
| 2.1 Funções sociais das cidades e Políticas Públicas..... | 31 |
| CAPÍTULO III - POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS | 34 |
| 3.1 Localização da área em estudo | 34 |
| 3.2 Crescimento populacional urbano do município de Jardim/MS | 35 |
| 3.3 Aspectos socioeconomicos da cidade de Jardim/MS | 36 |
| 3.4 Análise da atividade comercial do ramo do vestuário da cidade de Jardim/MS | 38 |
| 3.5 Alternativas para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Jardim/MS | 46 |
| CAPÍTULO IV - METODOLOGIA | 49 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 52 |
| APÊNDICE A Questionário para os comerciantes da cidade de Jardim/MS | 55 |

INTRODUÇÃO

Atualmente vivenciamos um período onde sistema capitalista se consolidou, e o espaço urbano é o local onde esse sistema encontrou terreno fértil para o seu desenvolvimento. As cidades é a expressão da sociedade contemporânea. A pesquisa apresentada demonstra o papel que a cidade exerce na economia de um Município.

A escolha da cidade de Jardim/MS se deu pela pretensão em demonstrar a necessidade de geração de empregos existente nessa cidade, e a dependência econômica excepcionalmente dos empreendimentos comerciais existentes em relação a cidades de outros estados, e a carência de indústrias existente no Município, pois é um Município em que quase toda a sua população é urbana 93,4% (IBGE 2010) reafirmando a necessidade da inserção de uma nova atividade econômica na cidade para gerar novas frentes de empregos para a população e dessa forma também contribuir para o desenvolvimento do município como um todo aquecendo o consumo e o desenvolvimento do comércio local. A cidade de Jardim/MS é uma cidade pequena, conforme a classificação do IBGE (2000) que atualmente possui sua economia urbana pautada no comércio, sendo esta atividade econômica muito importante na geração de empregos e renda para o Município. A pecuária e agricultura também são outras fontes de renda do Município, mas é o comércio que mais se destaca em relação às outras fontes de renda atividades econômicas, pois contribui com maior valor de ICMS para a arrecadação do Município.

Nesse sentido é pertinente uma reflexão fundamentada nas palavras de Glaser (2012): uma cidade tem que possuir sempre a capacidade de se reinventar e buscar cada vez mais o desenvolvimento econômico e não somente, se apoiar em uma única atividade econômica, pois se ela entra em colapso, a cidade conseqüentemente entra em decadência. O objetivo principal deste trabalho foi avaliar e descrever a potencialidade econômica comercial da cidade de Jardim/MS e seus reflexos na geração de emprego e renda local.

Os objetivos específicos foram: avaliar as particularidades da cidade enquanto espaço econômico;

Identificar as potencialidades que podem ser melhor exploradas, para a obtenção de um nível mais elevado desenvolvimento;

Refletir sobre a possibilidade de melhorias na geração de empregos para a população.

Este trabalho se encontra dividido em três capítulos, e se utilizou de autores e conhecimentos das seguintes áreas da Geografia: Geografia Urbana, Geografia Econômica, e Geografia Regional.

O primeiro capítulo aborda algumas questões conceituais e teóricas sobre os inúmeros papéis das cidades na sociedade contemporânea, sendo que a economia urbana é de fundamental importância para o país. Este capítulo também traz um breve histórico sobre as cidades e o comércio, sendo que essa atividade econômica foi uma das responsáveis pelo surgimento das cidades, aborda também o padrão de urbanização no Brasil, que muitos autores afirmam ser recente e, portanto possuem cidades com tamanho, idade e desenvolvimento diferenciados, outro ponto importante da urbanização brasileira destacado neste capítulo é a quantidade de cidades consideradas pelo IBGE (2000) como “cidades pequenas” e os desafios destas cidades na busca pelo desenvolvimento econômico e social de sua população.

O segundo capítulo aborda questões relacionadas às potencialidades econômicas urbanas e às funções sociais das cidades, sendo esta, uma das vias de estudo mais tradicionais da Geografia Urbana juntamente com a Geografia Econômica que leva em conta em seu estudo a atividade econômica dominante nas cidades sendo este um dos principais aspectos diferenciadores das cidades na atualidade. Quanto às funções sociais das cidades, é outro fator importante para o bom funcionamento de uma cidade sendo elas imprescindíveis para a população, merecem destaque as seguintes funções sociais: Funções urbanísticas, funções de cidadania e funções de gestão, este capítulo destaca também o papel das Políticas Públicas que visam responder às demandas, principalmente dos setores menos favorecidos da sociedade, e como a maioria da população atual brasileira se encontra nas cidades, são elas que se tornaram o principal alvo dessas políticas. Nesse sentido é importante destacar a afirmação de Bernardi (2006) A política de desenvolvimento urbano significa que a questão urbana deve ser uma “Política Pública” que busque o desenvolvimento do ambiente urbano, ambiente que se contrapõe ao rural.

O terceiro capítulo primeiramente faz uma breve apresentação do perfil econômico do Município de Jardim/MS, e seu crescimento demográfico, sempre com destaque para a população urbana que se sempre foi maior que a rural, o caracteriza com sendo um Município de população tipicamente urbana, além, disso também aborda um

pouco sobre os aspectos socioeconômicos do Município, sempre destacando o perímetro urbano do Município.

Nesse capítulo se encontra também a análise sobre os comerciantes do ramo do vestuário da cidade de Jardim/MS onde foram realizadas entrevistas com estes comerciantes que descrevem seus desafios e contribuições para o Município e suas opiniões sobre o que esperam para melhorar a questão econômica e alavancar as vendas neste setor que gera impostos e empregos nesta referida cidade, pois o comércio tem sido umas das principais fontes de renda nas cidades denominadas pequenas. Esta análise pode refletir também a opinião e as dificuldades de outros comerciantes de outros ramos, pois a realidade econômica da cidade afeta a todo o comércio.

CAPITULO I - ALGUMAS RELEXÕES SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DE CIDADE, ECONOMIA URBANA E SEU DEBATE SOCIAL.

O atual período que vivenciamos é marcado pelo acentuado papel que as cidades exercem sobre a economia de um país. Podemos afirmar que as cidades atualmente são a expressão da sociedade contemporânea. Conforme menciona Ribeiro (2004) a cidade é definida como sendo o espelho da obra humana, o resultado da interação social do conhecimento de técnicas que permitem a manipulação de recursos naturais e da cultura em suas diversas manifestações, ela é o resultado dessa teia de relações humanas. As cidades surgiram em função das atividades comerciais, ou seja, a reunião de pessoas para venderem excedentes está na origem das aglomerações humanas, portanto, as cidades surgiram da divisão do trabalho, mesmo que os homens produzissem os produtos no campo é nas cidades que se reuniam para comercializar ou trocar seus produtos.

Seguindo a ideia de Ribeiro (2004) as cidades atualmente, são entendidas como a expressão da sociedade Contemporânea em suas paisagens construídas artificialmente, em suas formas de estruturação territorial, através de seus fluxos de mercadorias, pessoas, informações e impulsionadas pelo processo de globalização, sendo assim a expressão do processo de urbanização. No mundo Contemporâneo são inúmeros os papéis urbanos de uma acentuação da divisão social e territorial do trabalho.

As necessidades vitais humanas levaram ao surgimento de todas as atividades econômicas e sociais, em um meio adaptado e modificado onde as técnicas evoluem na busca, não apenas pela sobrevivência, mas pelo lucro e satisfação pessoal dos indivíduos, sendo que esta vem acompanhada, cada vez mais, por formas de consumo capitalistas.

Para Pierre George, (1973) o comércio foi umas das formas suficientes, durante séculos, para assegurar a reputação das cidades mercantis e a fortuna de sua burguesia, e o brilho das feiras periódicas. Na realidade, possuía o aspecto e um fenômeno de primeira grandeza no campo comercial e no plano urbano, sendo a cidade, em numerosos casos, criação da atividade comercial e sempre se beneficiando dessa

atividade. Deste modo no Brasil, devido à recente constituição de sua rede de cidades com idade, tamanho e contexto de formação diferenciada, identifica-se de modo geral, o padrão dendrítico,¹ com distribuição dispersa dos núcleos, com distância variada entre estes, e grande número de cidades pequenas que segundo o IBGE, define-se por conter até 100 mil habitantes. Dentre as 5.507 cidades brasileiras, 4.646 estão na categoria de pequenas. (IBGE, 2000). Portanto, a compreensão da rede urbana no Brasil, seja em escala nacional, ou regional, necessariamente deve levar em conta as pequenas cidades e sua articulação com outras cidades e redes mais amplas.

Sendo assim, as pequenas cidades são elementos indispensáveis no estudo da rede urbana brasileira, pois se constituem em grande número no cenário nacional exercendo uma acentuada influência na economia brasileira, cabe ressaltar que muitas dessas cidades vêm apresentando um crescimento acelerado nos últimos anos decorrente do êxodo urbano das grandes metrópoles para as pequenas e médias cidades.

A urbanização é um complexo sistema de relações, no qual os componentes técnicos e as ações dos sujeitos desempenham papel específico em uma sociedade, esse fenômeno denominado urbanização vem se intensificando nas últimas décadas e, é tido para muitos autores que trabalham a temática como um processo irreversível. Para Santos, (1994) explicar esse fenômeno é um desafio para a ciência em geral, e para a Geografia, em particular. Algumas proposições vêm sendo desenvolvidas e contribuem para enriquecer as reflexões teóricas sobre a essência daquilo que se pesquisa aqui as áreas urbanas.

A partir da década de 1940, o processo de urbanização tomou impulso no Brasil, simultaneamente ao aumento das atividades industriais nas cidades, que atrai a mão de obra desocupada ou parada na zona rural. Os centros urbanos começam ser visto como o único fator de melhoria de vida da grande massa populacional rural brasileira. O sonho de muitos brasileiros subempregados ou sem nenhuma atividade rural passa a ser as cidades. Impulsionando esse fator está a questão agrária, onde a maior parte das propriedades rurais estava concentrada nas mãos de grandes proprietários (fazendeiros e latifundiários). Consoante a isso destacamos segundo Joia (2009) O qual considera que:

¹ Dentro da geografia urbana significa ramificações e multiplicações das cidades por todo território nacional, sendo que estes núcleos urbanos se diferenciam em tamanho, desenvolvimento e atividades econômicas.

Nos sistemas econômicos modernos a indústria desenvolve um importante papel no desenvolvimento regional, traduzido na geração de renda, no crescimento do emprego no aumento da arrecadação e na indução do crescimento de outras indústrias e serviços. O estado de Mato Grosso do Sul, foi inserido a partir dos anos 1980 na economia industrial brasileira, recebeu vários projetos de implantação de indústrias, especialmente aquelas voltadas para o beneficiamento de produtos agrícolas e da pecuária como a soja e a carne. A partir dos anos 1990, a globalização da economia dinamizou e transformou as atividades econômicas regionais, seguindo uma estratégia de valorização dos produtos de maior produtividade e rentabilidade, pois seriam estes que teriam condições de competir no mercado global.

Na medida em que cresce a industrialização, as sociedades vão se urbanizando. A industrialização oferece empregos urbanos à população rural que deixa o campo em busca de novas oportunidades de vida, em razão de mudanças estruturais, como a mecanização da agropecuária, que diminuiu a necessidade de mão de obra no campo, ao mesmo tempo em que cresce a necessidade de trabalhadores no urbano.

O fenômeno da urbanização é, hoje, avassalador nos países subdesenvolvidos. A população urbana dos países desenvolvidos (tomadas apenas às cidades com mais de vinte mil habitantes) é multiplicada por 2,5 entre 1920 e 1980, enquanto nos países subdesenvolvidos o multiplicador se aproxima de 6. O retardo da urbanização nos países do "Sul" é seguido por uma verdadeira revolução urbana. No caso do Brasil, a população urbana é praticamente multiplicada por cinco nos últimos trinta e cinco anos e por mais de três nos últimos vinte e cinco anos. (SANTOS, 1988, p. 16).

No Brasil a urbanização e industrialização ocorreram de forma simultânea e com retardo em relação aos países desenvolvidos, esses processos foram impulsionados pelo êxodo rural, e ocorreram de forma acelerada e desordenada nas principais cidades brasileiras. Nas palavras de Sposito (1988, p. 42) As expressões de urbanização e industrialização são entendidas como:

(...) associadas como se tratasse de um duplo processo ou de um processo com duas facetas. A identidade entre esses dois fenômenos é tão forte, que não podemos fugir de sua análise, se queremos refletir sobre a sociedade Contemporânea.

A expressão indústria traduz em seu sentido mais amplo, o conjunto de atividades humanas que tem por objeto, a produção de mercadorias através da

transformação dos produtos da natureza, ou seja, a indústria é a forma através da qual a sociedade se apropria da natureza e a transforma, modificando assim o espaço. A industrialização é o processo mais amplo que marca o nosso atual momento social (Idade Contemporânea), e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre outras atividades econômicas.

Diante dessa afirmativa Singer *apud* Bensandon (1998) define que “capitalismo” se refere tanto a um modo de produção, ou seja, uma forma específica de organizar a atividade econômica e repartir o resultado, quanto a uma formação social, na qual competem e se relacionam outros modos de produção, como: a produção simples de mercadorias, realizada por produtores independentes, a produção pública, como o ensino, a segurança e a educação e os serviços públicos, a produção doméstica, ou seja, o autoconsumo, e por fim, a produção cooperativa, onde a propriedade é dos trabalhadores.

Essa distribuição capitalista de produção ocorre de forma desigual socialmente e espacialmente, como exemplos existem cidades que possuem um espaço produtivo ocorrendo à concentração espacial das atividades industriais. A especialização ou concentração das atividades econômicas em determinada região para que a decisão de localização das atividades econômicas em uma unidade geográfica é condicionada pela existência de fatores de produção relativamente abundantes naquele local que irão proporcionar reprodução de capitais.

1.1 O papel da economia nas pequenas cidades brasileiras

Partimos do princípio de que o espaço urbano é onde se concretizam os processos sócio-espaciais, cuja dinâmica é implementada pelas transformações que o capitalismo impõe a nossa sociedade. Essa dinamicidade da sociedade torna o espaço urbano susceptível a um conjunto de transformações as quais se expressam na reestruturação espacial das atividades econômica, especialmente de comércio e de serviços.

Para Corrêa (1989) com a expropriação dos meios de produção e de consumo de parcela ponderável dos camponeses, e com a modernização da agricultura e a falta de indústrias nas pequenas cidades, o mundo rural e os centros menores estão preparados para o consumo de produtos industriais e serviços cujas origens estão na

grande cidade. Trata-se de fertilizantes, inseticidas, produtos alimentares industrializados, tecidos, móveis, eletrodomésticos, entre outros.

Seguindo a ideia de Corrêa (1989) essa distribuição de produtos funciona da seguinte maneira: O industrial da grande cidade vende seu produto a um atacadista de uma cidade regional que, ao revendê-lo ao comerciante varejista da pequena cidade, adiciona uma margem de lucro ao preço pago ao industrial. O comerciante varejista, por sua vez, adiciona a sua margem de lucro ao realizar a venda ao consumidor final, que são as pessoas do campo e das pequenas cidades.

Mediante a ocorrência de diferentes atividades econômicas e níveis sociais a elas associados no âmbito da cidade, sob a lógica do modo de produção capitalista, tem-se uma espacialização também diferenciada. Assim o processo de acumulação de capital conduz a uma espacialização dos lugares.

Acreditamos que a implantação e manutenção de empresas e um modo geral e algumas indústrias de pequeno porte contribuem para ativar o comércio local, os serviços e o fluxo de pessoas, sendo, pois, fatores positivos do ponto e vista da geração de emprego e renda, influenciando também na dinâmica espacial.

No Brasil é indispensável o papel das pequenas cidades na economia nacional, pois essas são em grande número e juntas exercem tal importância. O estudo geográfico das cidades denominadas “pequenas” no Brasil vem recebendo destaque cada vez maior, por um grupo consolidado de pesquisadores, em virtude das especificidades que essas cidades desenvolvem e que as caracterizam. Através das palavras de Ferreira (2005, p. 7) registramos que:

As cidades embrionárias exerceram importante papel na fase inicial da organização e ocupação rural e urbana. Cabe compreender, atualmente, seu (s) papel (is) na rede urbana, com a predominância da economia globalizada, sobretudo favorecida e fortalecida pela informacionalização do espaço. Mesmo diante da falta de consenso sobre a definição conceitual de pequenas cidades, não se pode omitir a preocupação com essa categoria, justamente por estas abrigarem parcelas significativas da população, constituindo-se em espaço representativos para a sociedade.

No entanto percebe-se que o papel das pequenas cidades se encontra além da importância econômica a autora também demonstra o papel social exercido por essas cidades em abrigar significativa parcela populacional nacional, que desempenham atividades econômicas importantes. Também merece destaque que nas últimas décadas

vem crescendo a procura de pequenas e médias cidades por pessoas que desejam fixar residências, parcela populacional que vem fugindo dos grandes centros urbanos por consequência da violência e da exclusão social apresentadas nessas cidades de grande porte.

Entendemos que a qualificação ou não de cidades, deva ir além do número de habitantes e, que esse critério não deve engessar as discussões e análises. Tal critério apresenta-se como um caminho, entretanto, a relação presente na localidade é quem deve definir seu contexto urbano ou rural. A maneira como a população emprega seu tempo nas atividades realizadas e como suas práticas cotidianas são preenchidas por hábitos urbanos, valores urbanos vinculados, geralmente ao consumo de mercadorias industrializadas. Seguindo tal raciocínio se faz relevante a argumentação de Silva (2011, p. 42):

Há, nesse universo, cidades pequenas muito distintas entre si e que apresentam particularidades e singularidades que devem ser estudadas com prudência. Isso para que não se venha proferir generalizações e simplificações propondo uma regra universal e categórica para a definição desses centros.

A grande quantidade de cidades pequenas no país precisa de planejamento visando à qualidade de vida da população local e não somente o crescimento econômico que beneficia grupos já privilegiados, ampliando as desigualdades sociais existentes, de maneira que tais cidades passam cada vez mais a apresentar problemas semelhantes aos centros maiores no que tange a emprego, educação, habitação meio ambiente entre outros.

1.2 A busca pelo desenvolvimento econômico e social nas pequenas cidades

Frente às transformações socioeconômicas é importante ressaltar a relação entre a pobreza e a riqueza instalada em uma cidade, pois, dependendo do poder aquisitivo médio das aglomerações urbanas, pode-se definir a estrutura da mesma. Nesse caso ao lado da produção econômica resultante em uma cidade, verifica-se o seu crescimento e, ao mesmo tempo, as condições de infraestrutura aptas ou inaptas numa mesma aglomeração, dividindo um mesmo espaço urbano em locais de infraestrutura adequada dependendo da condição socioeconômica de seus moradores.

Para ter desenvolvimento econômico tem que haver geração de renda e esta, por sua vez, requer geração de empregos. Pois a coletividade necessita de emprego e renda. O emprego não pode ser apenas uma forma de propiciar renda, deve-se ir muito além, o emprego tem de oferecer condições adequadas para que seja exercido. É natural que não se possa imaginar que todas as pessoas tenham um bom emprego, mas espera-se que no mínimo os empregos devam pagar bons salários, ou pelo menos que remunerem de forma coerente por sua execução.

O desenvolvimento tem de ir muito além de simplesmente gerar riquezas, mas, gerar qualidade de vida. A qualidade de vida passa necessariamente por geração de empregos que atendam as necessidades da população. Diante dessa afirmativa, é pertinente uma reflexão fundamentada nas palavras de Sherer:

Na América Latina os mais pobres tradicionalmente não têm, ou tem em proporcionalmente poucos, empregos formais, isto é com todas as garantias jurídicas que o conceito supõe. A informalidade sempre foi uma característica marcante na economia latino americana. Mais hoje temos um novo tipo de desempregados e novos pobres, o que sem dúvida reflete e também torna mais penosa a condição dos que já eram pobres. Essas pessoas também são milhões de virtuais consumidores, uma vez que suas necessidades materiais básicas ainda estão por serem satisfeitas e seus direitos de cidadania historicamente conquistados ainda aguardam efetivação. SHERER, (2003, p, 199).

Seguindo a ideia de SHERER (2003) a cidade e o trabalho pressupõem, portanto a análise da situação do ponto de vista do trabalhador. Se por um lado isto é justo e pertinente enquanto ponto de partida, não nos desobriga da responsabilidade social para com a deterioração da qualidade de vida do trabalhador nas cidades.

Toda cidade precisa crescer economicamente e também gerar empregos, ou seja, conciliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. Não só beneficiar grupos já privilegiados aumentando assim as disparidades locais já existentes, mas a propiciar qualidade de vida para a população em geral. Isto é desenvolvimento social e econômico, passando por todas as esferas da sociedade. Somente no momento atual o Brasil tem conseguido conciliar crescimento econômico e redução de pobreza desigualdades social, mas apesar dos avanços no combate a pobreza o Brasil ainda se encontra com certo atraso se comparado aos países desenvolvidos. Frente a essa afirmação é pertinente o raciocínio de Wissenbach na sua obra Economia urbana (2006, p. 87):

Os desafios do desenvolvimento social e urbano mais justo sugerem a necessidade da composição de um mosaico de interpretações que deem conta de um olhar integral da cidade. A leitura da territorialidade da economia urbana, mais do que um campo de análise em si, pode estimular a reflexão sobre as oportunidades de inserção econômica oferecida ao conjunto dos cidadãos. A economia urbana procura contribuir, como parte de um mosaico, para a reflexão sobre a totalidade urbana. Pretende-se, com isso, estabelecer bases para dialogar com outros temas, tais como as desigualdades socioterritoriais e educacionais, compondo uma visão completa sobre as dinâmicas do município.

Diante dessa argumentação se faz necessário à afirmação de Silva (2011) geograficamente, as cidades diferem entre si, pois existem realidades particulares em cada centro; havendo distinções na inserção da rede urbana, no caráter demográfico, na economia, na estruturação urbana, entre outros. Embora, existam processos que possam ser considerados como mais gerais, como é o caso de citar a precarização do trabalho.

1.3 – O comércio e as cidades: um breve histórico, e uma realidade a caminho da produção e do desenvolvimento.

O comércio é uma velha atividade cujo surgimento foi proveniente da necessidade do homem de manter relações de troca de mercadorias com outras comunidades. No princípio, as relações serviram para estreitar os laços culturais entre os povos que residiam por perto e, acima de tudo, uma forma de valorizar os produtos locais.

Esta atividade foi crescendo gradativamente puxada pelo desenvolvimento de novas técnicas de produção que contribuíram para o fortalecimento da agricultura, esse aprimoramento das técnicas fez com a quantidade de excedente do que era produzido aumentasse e isso alavancou o comércio, pois apenas os excedentes se destinavam ao comércio nos locais de maior circulação de pessoas. Com o tempo esses espaços também serviam como o local reservado para o lazer e para troca de ideias.

A atividade comercial, aos poucos, foi originando a diversos núcleos urbanos, pois mesmo que os homens produzissem no campo, eram nas cidades que eles

se reuniam para fazerem as trocas e compreendeu-se que a atividade comercial seria importante para o desenvolvimento das cidades.

Para George (1973) comércio é mais especificamente urbano, pois era a atividade comercial ou artesanal antigamente gerava uma cidade porque a população se fixava no próprio local de exercício dessa atividade, mas hoje ela pode ser retirada do seu contexto urbano e tratada separadamente.

Nesse sentido as atividades comerciais produziram vitais transformações nas cidades e o progresso econômico de muitas delas, e também produziu mudanças na organização do espaço geográfico no interior das cidades.

Conforme Miranda (2009), Nos séculos seguintes, com a expansão comercial as cidades vão abrigando além do comércio outros serviços, com a consolidação da indústria em fins do século XVIII a cidade vai agregando além do comércio, os serviços e a indústria, mudando a relação campo-cidade e décadas depois as relações interurbanas em seus espaços regionais.

O exercício do comércio cooperou também para o desenvolvimento de inovações de produção. Novas técnicas aumentaram a produção da agricultura, pecuária e entre outras atividades para consumo próprio, propiciando assim uma grande quantidade de excedentes, ou seja, esses excedentes foram gerados por consequências das inovações e passaram a ser comercializados não somente para satisfazer as necessidades das pessoas, mas também os comerciantes passaram cada vez mais a visar o lucro.

As atividades econômicas sempre foram de grande valor para o desenvolvimento das sociedades. Ao longo dos séculos da humanidade, as trocas de mercadorias realizadas pelas pessoas se constituíram na primeira atividade comercial de que se tem conhecimento. Esta relação comercial foi em função da necessidade dos seres humanos em buscarem a consolidação de trocas de cultura e bens de consumo com outra comunidade.

Foi da necessidade do homem determinar um local para suas trocas que surgiram os mercados, que passaram a representar o centro das atividades comerciais. O mercado também era o local das atividades de lazer, onde havia a intensificação de cerimônia e eventos, festas e troca de ideias, notícias, etc.

Outra forma de comércio que sempre se destacou nas cidades, em especial nas de pequeno porte era a feira, nos tempos mais antigos, era nas feiras que os mercadores realizavam as troca de mercadorias. Depois com o passar dos anos surgiram

às dificuldades da troca simples entre os produtos, pois havia uma diferença entre os valores. Iniciou-se então a compra e venda de produtos através de moedas e de metais preciosos como ouro e prata.

Depois dos mercados surgiram às lojas que tornaram o espaço comercial fixo em locais de grande fluxo de pessoas, promovendo também as ofertas de serviços como manutenção de objetos, consertos diversos de bens de consumo. O desenvolvimento da atividade comercial se efetivou em vista do maior número de mercadorias destinadas à venda e também devido a um aumento do mercado consumidor.

Segundo Miranda (2009) a partir da década de 1960 e 1970, houve muitas transformações no sistema de produção, caracterizado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Com o surgimento de novas técnicas e a consolidação de uma melhor localização para a produção da indústria, o comércio assumia outra vez papel importante sob ponto de vista econômico e seu espaço retornou a seu lugar do lazer, da cultura, e diversão.

Prosseguindo com a ideia de Miranda (2009) O desenvolvimento dos sistemas de comunicação, o surgimento da propaganda, passaram a ter grande influência nas questões socioeconômicas, promovendo o surgimento de uma sociedade mais consumista. Depois da Segunda Guerra Mundial, com o advento da informática e a globalização da economia, surgiram outras atividades que se intensificaram, entre elas o turismo. A atividade comercial se consolidou então como importante elemento de desenvolvimento econômico, ocasionando o crescimento cada vez maior das cidades e transformando a organização do espaço.

As cidades pequenas atualmente passam por transformações que chamam atenção no que se refere à mudança de hábitos, de tipo de moradia, modalidades de consumo. Já não existem as coisas singelas que caracterizaram as cidades do passado. Os meios de comunicação modernos, os novos tempos, a busca incessante por novidades fizeram com que as pequenas cidades participassem da moda das grandes cidades e com relação ao consumo, o comércio precisou se adequar aos novos tempos.

Produtos, costumes e marcas dos países dominantes, invadiram todos os demais países do mundo, tomando para si a propaganda do avanço tecnológico e do desenvolvimento. Por outro lado, velhos costumes, tradições e culturas de uma raça, aquilo que torna diferente cada lugar dos demais, tornou-se moda, passando a se constituir parte do acervo do patrimônio histórico, natural e cultural da humanidade. Neste sentido, Santos (1979, p.14) afirma que:

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional.

Outra forma de comércio que se destaca atualmente é o comércio de serviços privados e públicos que exercem destacada função no processo de desenvolvimento das cidades. Muitas cidades começaram a se expandir partindo de suas funções comerciais, tornando-se viáveis pelo movimento de pessoas e pela circulação de mercadorias, e através delas cresceram economicamente com a expansão desses espaços comerciais.

Isso se deve diante da crescente importância do setor de serviços na estrutura econômica das cidades, atualmente o setor de serviços vem desempenhando um importante e crescente papel no emprego e nas transações econômicas gerais, tanto como atividade principal quanto como fornecedora de insumos ao setor industrial e agrícola, destacando-se o seu peso nas transações comerciais e na captação de investimentos externos diretos.

CAPÍTULO II - ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E FUNÇÕES URBANAS

As funções urbanas podem ser entendidas através das potencialidades e vocações de uma cidade, essas características podem ser históricas e espaciais, ou seja, são outras formas de definir uma cidade envolvendo, sua funcionalidade ou atividade econômica dominante, como: capitais políticas, cidades turísticas, de comércio varejista, de comércio atacadista, de lazer, cidades que são centros culturais, cidades industriais e cidades diversificadas. Nesse sentido Corrêa (1989, p. 10) afirma que:

Um das mais tradicionais vias de estudo da rede urbana pelos geógrafos é aquela que se interessa pela classificação funcional das cidades. E que o conhecimento dessa diferenciação é relevante para a compreensão da organização espacial, na qual a divisão territorial do trabalho urbano é uma das mais expressivas características.

Corrêa apud Arousseau pondera a ideia de Arousseau que já em 1921 já propôs uma classificação de cidades em oito tipos de acordo com a função dominante: cidades de administração, defesa, cultura, produção, coleta, transferência, distribuição e recreação.

O trabalho, a indústria, o comércio, e os serviços são atividades fundamentais para a sustentabilidade econômica de uma cidade. São estas atividades que mantêm uma cidade funcionando, sem estas atividades ela entra em decadência. A forma com que estas atividades se organizam e é distribuída no ambiente urbano pode mudar de tempos em tempos. Conforme menciona Lipke (2010, p. 43).

A cidade é um aglomerado urbano com atividades econômicas não agrícolas, que se apresenta mais ou menos organizado em ruas, com serviços de transporte, limpeza pública, luz, água, esgoto, além das atividades de saúde, educação, lazer, etc.. Sua característica fundamental e sua razão de ser é o setor terciário – comércio e prestação de serviços – podendo abranger ou não atividades industriais, as quais se distinguem da exploração direta do solo, uma vez que conduzem à especialização de tarefas e contribuem, sobretudo, para as trocas e a organização social.

Através da ideia de Lipke constata-se que as atividades tipicamente urbanas estão ligadas a transformação das matérias-primas na indústria, ao comércio de

mercadorias, à prestação de serviços (bancos, oficinas, órgãos federais etc.), ao transporte urbano, ao consumo de água tratada, de esgotos em rede, entre outros. Entretanto, isso não significa que existe uma linha fixa entre os limites da cidade e do campo, ao contrário, os limites são difusos e dinâmicos. Nesse sentido cabe ressaltar segundo Bernardi (2006, p. 37) que:

A forma de organização política da cidade brasileira é o município, embora muitas cidades ultrapassem o limite municipal ocorrendo a metropolização. Porém a grande maioria das cidades brasileiras ocupa apenas uma pequena parte do território municipal. O município no Brasil é uma unidade constitutiva da federação brasileira, ao lado dos estados e do Distrito Federal, possui competências legais estabelecidas pela Constituição Federal e goza de autonomia política, econômica e administrativa.

Não é somente o aspecto das cidades que difere totalmente, mas a natureza do povoamento, definida por níveis de vida, de atividades e as formas particulares de existência. Sendo o objeto de estudo da Geografia o espaço geográfico, o espaço transformado pelo homem e as relações da sociedade com a natureza e com o ambiente que a cerca, torna-se então necessário conhecer como ocorre esse processo. Conforme Lipke (2010, p.45)

A industrialização acelerou o processo de urbanização, principalmente, a partir de 1960. O comércio, nesse momento, passou a introduzir novas formas para a reprodução do capital, sendo os principais fatores a produção em massa, a concentração crescente de pessoas nas cidades, o aumento qualitativo e quantitativo do consumo, responsável pela introdução de novas formas comerciais, para que a reprodução do capital fosse adequada. Esses fatores foram primordiais para a realização do lucro e para a consolidação de novas formas e padrões de localização do comércio nas cidades. A partir desse período, as cidades, nos países subdesenvolvidos, cresceram mais.

A especialização espacial, cada vez mais, justifica a necessidade de trocas, que somente se viabiliza pela geração de excedentes. O uso da moeda nas economias contemporâneas é de tal forma generalizada que se torna difícil imaginar o funcionamento de um sistema econômico em que não existam instrumentos monetários. É necessário um recuo no tempo para lembrar as atividades econômicas de grupos humanos primitivos, não usavam moedas era na base do sistema de trocas.

Conforme Lipke (2010) Atualmente as relações cidade e campo também se modificaram, pois o campo não produz mais para seu próprio consumo, o homem do campo também se tornou um grande consumidor de produtos industrializados, pois no capitalismo, os bens são produzidos para serem vendidos no mercado e não para serem consumidos pelo produtor direto. Para a pessoa que organiza a produção, o importante não é a utilização social ou a necessidade do bem que está produzindo, mas, sim, que aquele bem produzido lhe proporcione lucro.

Isso faz com que a cidade contemporânea se torne cada vez mais importante atendendo não somente a população urbana, mas também as populações rurais próximas á ela, pois as pessoas que moram no campo não somente consomem os produtos vendidos na cidade como também usufruem de seus serviços como, por exemplo: saúde, educação e lazer. Partindo desse pressuposto é pertinente a afirmação de Almeida (2006) *apud* Souza:

Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade, ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira, ou, mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro e até de outros países.

Segundo Bernardi (2006) a cidade produtiva, deve potencializar a competitividade, gerando postos de trabalho e pequenos negócios, fortalecendo a economia local, e melhorando o nível através da educação e da formação profissional. Também a cidade deve ser inovadora, utilizando tecnologias de informação e comunicação e permitindo o acesso dessa tecnologia a todos. Dessa forma desenvolvendo cidades multifacetárias comprometidas com os processos de governo e gestão.

Mas afinal o que se entende por desenvolvimento econômico? Partindo deste contexto Castelar (2009, p.10) afirma que:

Não há uma definição oficial ou única, mas em geral ele se caracteriza por uma conjugação de crescimento rápido e autossustentado, transformação da estrutura econômica, avanço tecnológico, progresso institucional e melhoria nos indicadores sociais. Mais recentemente se incorporou a esta exigência de sustentabilidade ambiental. Historicamente, o desenvolvimento esteve associado ao aprofundamento e à sofisticação do processo de

industrialização. Até hoje é comum referirmo-nos aos países desenvolvidos como “industrializados”.

O mundo moderno, dominado pela sociedade de consumo, tem na indústria o mais importante dos setores de sua economia, pois ela provoca o desenvolvimento de atividades que lhe são complementares, como fornecedores de matéria-prima e de energia, fornece oportunidade de emprego à mão de obra, produz capitais e estimula o desenvolvimento do comércio, dos transportes e do serviço.

A indústria é de suma importância, pois coloca os países ou regiões industrializadas em desenvolvimento e os que não a possuem tornam-se seus dependentes. Frente a esse raciocínio se faz relevante à afirmação de Silva (2011).

Os centros locais, em alguns casos, têm dificuldades em assegurar maior nível de ofertas de serviços sofisticados e diversificados e apresentam aquelas mercadorias que são mais rotineiras no processo de consumo humano, havendo uma menor abrangência no seu alcance máximo espacial e isso quando se trata de uma área de influência restrita ao espaço rural. Em outro sentido, as cidades com porte superior tendem a possuir um maior alcance espacial e uma gama mais diversificada de serviços para a sua população e no contexto espacial onde se inserem, produzem e influenciam.

2.1. Funções sociais das cidades e Políticas Públicas

A cidade contemporânea possui ainda outras funções, são as funções sociais, que podem mudar com o passar do tempo, ou seja, podem ser agregadas outras e também mudar algumas. Atualmente são consideradas as seguintes: funções urbanísticas: habitação, trabalho, lazer, mobilidade. Funções de cidadania: educação, saúde, proteção e segurança e funções de gestão são: prestação de serviços, planejamento, preservação do patrimônio cultural e natural e sustentabilidade urbana. Não significa que sejam apenas estas pode haver outras funções em uma cidade que não foi citado, mas para sistematizar, são estas as principais.

| FUNÇÕES URBANISTICAS | FUNÇÕES DE CIDADANIA | FUNÇÕES DE GESTÃO |
|----------------------|----------------------|--|
| Habitação | Educação | Prestação de serviços |
| Trabalho | Saúde | Planejamento |
| Lazer | Segurança | Preservação do patrimônio Cultural e natural |
| Mobilidade | Proteção | Sustentabilidade urbana |

Quadro 01: Funções das cidades
Fonte: BERNARDI (2006).

O Estatuto das Cidades possui vários instrumentos denominados institutos jurídicos e políticos que podem e devem ser utilizados pela administração pública municipal para promover o desenvolvimento urbano. Muitos desses instrumentos constituem-se em elementos que viabilizam a função social da propriedade urbana e, quando incorporados pelo Plano Diretor contribuem para a materialização das funções sociais das cidades. Ainda seguindo esta reflexão é pertinente a afirmação de Bernardi (2006 p. 45)

A política de desenvolvimento urbano significa que a questão urbana deve ser uma “Política Pública” que busque o desenvolvimento do ambiente urbano, ambiente que se contrapõe ao ambiente rural, ou seja, a cidade. Desenvolvimento também pode ser entendido como crescimento, progresso á evolução do ambiente urbano.

Nesse sentido Teixeira (2002) diz que: As Políticas Públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as Políticas Públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. Partindo deste princípio é pertinente à afirmação de Castelar (2002, p. 15)

O Estado brasileiro é um Estado ineficiente na provisão de serviços públicos, levando o país a conviver com indicadores ruins de saúde, educação e segurança pública, a despeito do elevado gasto nessas áreas. Finalmente, mas não menos importante falha em não prover um nível adequado de segurança jurídica, desestimulando o investimento e o crescimento da produtividade.

As Políticas Públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores menos favorecidos da sociedade, considerados como os mais vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas também são influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão mobilização social.

Visam também ampliar e efetivar os direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas). Seguindo esse raciocínio Teixeira (2002, p.5) afirma que:

Na sociedade civil também há uma diversidade de interesses e de visões que precisa ser debatida, confrontada, negociada, buscando-se um consenso mínimo. Essa formulação hoje se torna complexa devido à fragmentação das organizações, apesar de algumas iniciativas de articulação em alguns setores. Alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação e qualidade de vida. Esses elementos precisam ser traduzidos, contudo em parâmetros objetivos mais claros.

Essa é a realidade do atual processo social em que a sociedade civil, articulada em suas organizações representativas em espaços públicos, passa a exercer um papel político amplo de construir alternativas nos vários campos de atuação do Estado e de oferecê-las ao debate público, coparticipando, inclusive, na sua implementação e gestão. Na verdade, hoje há uma tendência sobre a busca de um equilíbrio, pois há situações que exigem racionalidade e otimização em suas resoluções, mas sem perder de vista que objetivo é garantir a participação e o reconhecimento de cada indivíduo como membro de uma sociedade.

CAPITULO: III - POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS

3.1 Localização da área em estudo

O Município de Jardim localiza-se no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, sua extensão territorial é de 2.207,06 Km², correspondendo a 0,62% da área total do Estado de Mato Grosso do Sul. Limita-se a norte com os Municípios de Bonito, Guia Lopes da Laguna; ao sul pelos Municípios de Bela Vista e Caracol; a leste Ponta Porã e Guia Lopes da Laguna, e a oeste pelo Município de Porto Murtinho.

O Município está a 248 km da capital do Estado, Campo Grande. Sua malha rodoviária é de 355 km, com duas rodovias federais pavimentadas que atravessam o Município e três rodovias estaduais pavimentadas.

Possui uma população estimada de 24.346 habitantes, sendo que a maioria reside na área urbana 93,41% (IBGE, 2010), seu Produto Interno Bruto (PIB) é de 196.115,786 R\$ ocupando o 33º no ranking do Estado de Mato Grosso do Sul. (IBGE, 2010). A população total do Município teve uma grande evolução entre os anos de 1980 a 2010. Conforme destaca o gráfico abaixo:

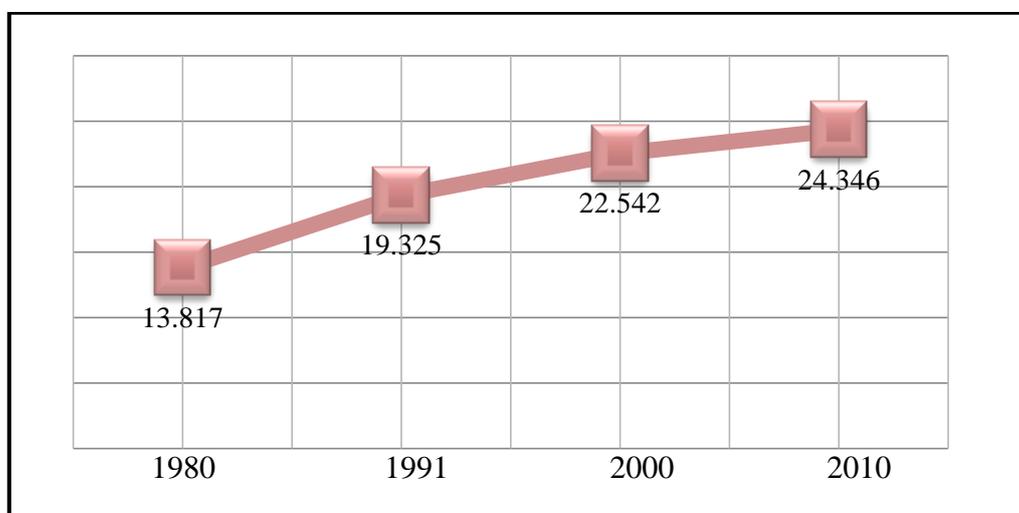


Gráfico 01: Evolução da população total do Município de Jardim/MS

Fonte: IBGE (Censo demográfico, 2010).

3.2 Crescimento populacional urbano do Município de Jardim/ MS

A população do Município de Jardim cresceu nos últimos 40 anos, sobretudo a população urbana. A população total teve neste período um incremento de 63,09%, passando de 13.817 pessoas em 1980 para 22.542 pessoas em 2000, e para 24.346 pessoas em 2010. (IBGE 2010). Neste mesmo período, a população urbana quase duplicou, tendo um crescimento de 39.82%, ou seja, houve uma mudança no local de moradia das pessoas, com um aumento da população urbana em relação à população rural, seguindo uma tendência nacional de êxodo rural, a população do Município sempre foi de maioria urbana, conforme mostra a (tabela 01).

Tabela 01: Demonstrativo da população urbana e rural do município de Jardim/MS

| ANO | POPULAÇÃO TOTAL | POPULAÇÃO URBANA | POPULAÇÃO RURAL |
|------|-----------------|------------------|-----------------|
| 1980 | 13.822 | 11.038 | 2.784 |
| 1991 | 19.325 | 17.601 | 1.724 |
| 2000 | 22.542 | 20.953 | 1.584 |
| 2010 | 24. 346 | 22.758 | 1.605 |

Fonte: IBGE (Censo demográfico, 2010).

Na medida em que a expansão do capital acontece, mas essa expansão se dá de forma diferenciada no espaço, e provoca o direcionamento da mobilidade do trabalho e, conseqüentemente define os fluxos migratórios. Assim o fato de que essa acumulação de capital acontece de forma mais intensa nas áreas urbanas do que nas rurais, pois a expansão do capital contribui para o aumento da demanda por mão de obra nas cidades.

Já as atividades agrárias, na medida em que se capitalizam, reduzem o uso do fator humano em função da intensificação do processo produtivo que, cada vez mais, emprega tecnologias modernas provocando, portanto, a migração dos trabalhadores rurais para as cidades ou para novas áreas agrícolas, outro fator relevante para essa migração para as cidades é a concentração das terras por grandes latifundiários. Conforme demonstra. Nesse sentido é relevante a afirmação de Lipke e Santos:

A industrialização nos países subdesenvolvidos e os inúmeros problemas enfrentados pela população rural (concentração de terra, desemprego e falta de política adequada) levaram ao grande e, sobretudo, rápido crescimento de sua população urbana o que contribuiu para que essa, na maioria das vezes, ultrapassasse a população rural. Para Santos (1994) a urbanização também aumenta, porque cresce a quantidade de agricultores residentes na cidade. Dessa forma fica evidente que no Brasil não houve uma política de planejamento, acontecendo uma urbanização desordenada.

O gráfico 02 demonstra como se encontra dividida atualmente a população do Município de Jardim/ MS, a população urbana continua se sobrepondo a rural.

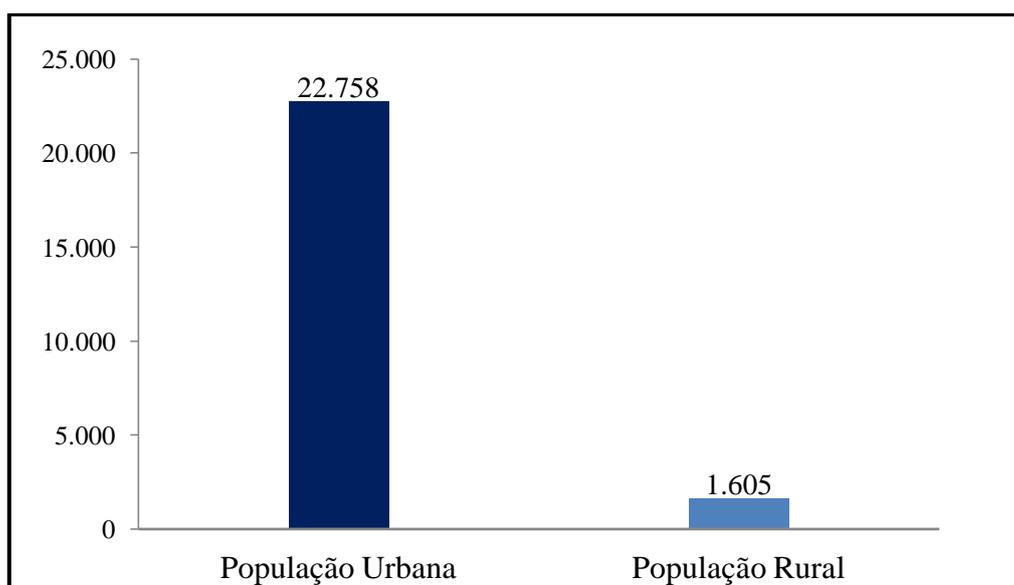


Gráfico 02: População urbana e rural de Jardim/MS (2010).
Fonte: IBGE (Censo demográfico, 2010).

3.3 Aspectos socioeconômicos da cidade de Jardim /MS

A cidade de Jardim/MS apresenta a economia pautada no comércio, seguida pela pecuária e também a agricultura que também são importantes fontes de renda para o Município e recentemente tem crescido o turismo, pois o Município possui muitos atrativos naturais. A área do núcleo urbano é de 32,25 km², o que representa 46% da área total do Município. A cidade possui 141.240 m² de área asfaltada, cinco agências bancárias e três postos de correios. Concentra 95% do total de escolas do Município e possui um centro Universitário da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), que oferece os cursos de Letras, Geografia e Turismo.

A cidade de Jardim apresenta uma segregação sócio-espacial, com a área central da cidade concentrando os benefícios do processo de urbanização, como por exemplo, a pavimentação das ruas, a concentração do comércio.

O núcleo central da cidade concentra as atividades comerciais e de serviços, atividade de gestão pública e privada. Na zona periférica ao centro reside a população com mais renda. À medida que nos afastamos do centro, surgem áreas destinadas à população de baixa renda. Conforme Sposito (1993) as cidades espelham a desigualdade econômica da sociedade que as engendra, as diferentes localizações no interior delas possuem preços diferenciados, que condiciona o acesso à qualidade de vida urbana.

Os setores da economia que mais geram emprego na cidade de Jardim são o comércio e os serviços principalmente os serviços públicos (saúde, educação e órgãos públicos), ou seja, a maioria da população possuem poucas opções de empregos. Entretanto, a base da economia do município é a pecuária, destaca-se que muitos dos proprietários rurais diversificam suas atividades, investindo no setor terciário da economia local. (IBGE 2010)

O setor terciário é base da economia urbana, com destaque para o comércio varejista, principalmente e também atacadista. Do total de arrecadação de ICMS, por atividade econômica do Município de Jardim R\$ 2 190 299,74, o setor de comércio contribui com R\$ 173. 555,29 da arrecadação total, o que corresponde a 7.92% do total de ICMS do Município. Conforme se encontra retratado no gráfico abaixo.

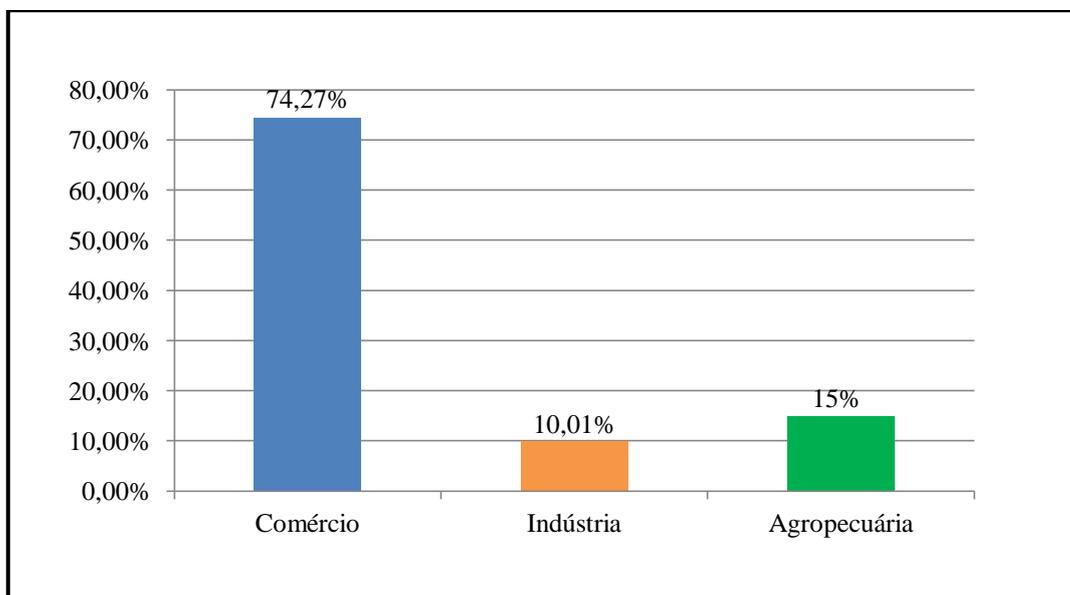


Gráfico 03: Perfil das atividades produtivas no Município de Jardim/MS.
Fonte: IBGE (Censo demográfico, 2010).

O Município de Jardim/MS é incipiente na questão industrial, pois possui apenas indústrias de pequeno porte sendo; uma marcenaria, duas de produção de ração animal e adubos uma de engarrafamento de água mineral, uma cerâmica, um laticínio, e dois armazéns de beneficiamento de grãos.

Voltando a falar das questões sociais que envolvem a população, grande parte da população não somente os residentes da área rural, mas também da área urbana sobrevivem em grande parte devido aos benefícios sociais, principalmente o Bolsa-Família. Jardim faz parte do CADÚNICO (do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), um Sistema de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal, onde se encontram 2.471 famílias cadastradas possuindo perfil de renda per capita de até meio salário mínimo ou de três salários mínimos no total. Nesse sentido é pertinente á afirmação de Teixeira (2002 p. 6) :

Com a Constituição de 1988, os municípios adquirem a autonomia política, através da elaboração de sua própria lei orgânica e demais leis e da escolha direta de seus governantes. Ampliam sua competência em áreas importantes como a política urbana e transportes coletivos. Apesar do aumento de sua capacidade financeira, a participação dos municípios na receita tributária global não supera os 18 ou 20%. No entanto, eles assumem vários encargos e responsabilidades das outras esferas, o que os obriga a negociar recursos nos diversos programas federais ou estaduais. Com uma frágil base econômica, ao lado da ineficiência administrativa, os recursos próprios na maioria dos municípios não vão além dos 5% do total da receita. Dessa forma, a autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais é mínima.

3.4 Análise da atividade comercial do ramo do vestuário da cidade de Jardim/MS

Escolheu-se fazer o estudo neste setor, pelo fato de ser um ramo tradicional consolidado no ambiente nacional e municipal, que tem importância na geração de empregos e na economia do Município. Nos últimos anos, o setor de confecções e vestuário no Brasil vem aumentando a sua representatividade no cenário econômico nacional, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (ABIT, 2007) a indústria têxtil e de confecções é o 2º maior empregador da indústria da transformação no Brasil com 1,65 milhões de trabalhadores. A instituição afirma ainda que, em 2006, a posição do Brasil no ranking mundial dos produtores têxteis e de

vestuário subiu da sétima posição para a sexta representando 3,5 do total do PIB brasileiro.

A grande maioria das empresas deste setor que estão localizadas na cidade de Jardim/MS é de origem local, ou seja, são empreendimentos que foram fundados por pessoas da própria cidade, e que não fazem parte de grandes redes de lojas, exceto uma, a empresa Pernambucanas que também é do ramo do vestuário e possui uma loja na cidade de Jardim/MS. Outra característica importante é que são, em sua maioria micro e pequenas empresas de comércio varejista que não receberam nenhum incentivo financeiro para a sua criação. Grande parte dessas empresas possui mais de cinco anos que estão em funcionamento na cidade, Mas há também empresas relativamente antigas com até trinta anos na cidade. Conforme demonstra a figura abaixo:

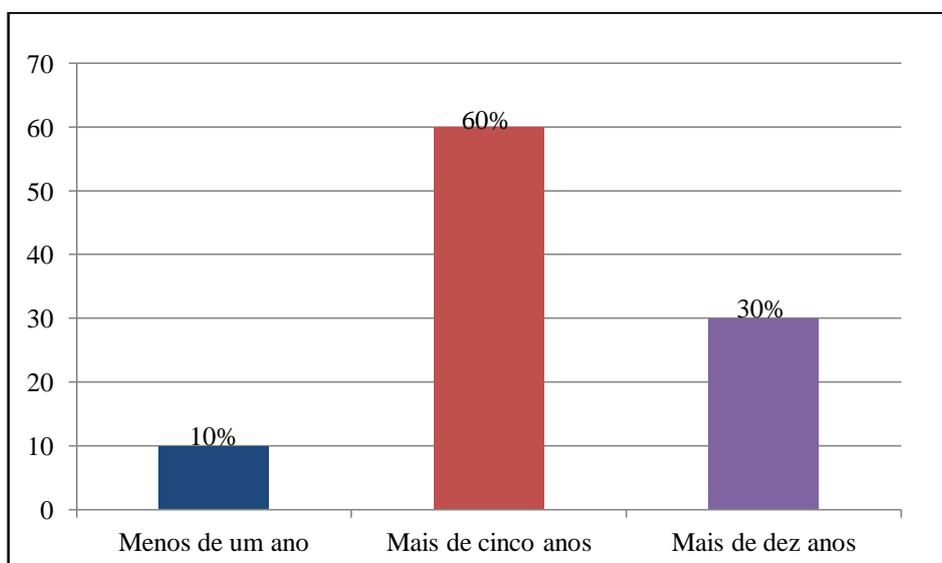


Figura 01: Tempo de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Fonte: MEIRA, S.O. Pesquisa in loco, 2012.

Conforme está retratado na figura 01, 60% das empresas locais possuem mais de cinco anos de funcionamento, enquanto 30% possuem mais de dez anos e 10% possuem menos de um ano estas são empresas relativamente novas que demonstra um crescimento no número de pessoas interessadas a investirem em estabelecimentos comerciais principalmente em lojas do ramo do vestuário.

A maioria desses empreendimentos conforme já foi ressaltado não recebeu nenhum tipo de incentivo financeiro, ou seja, não foram com base em empréstimos de bancos ou de algum outro órgão público. Conforme está ressaltado na figura abaixo:

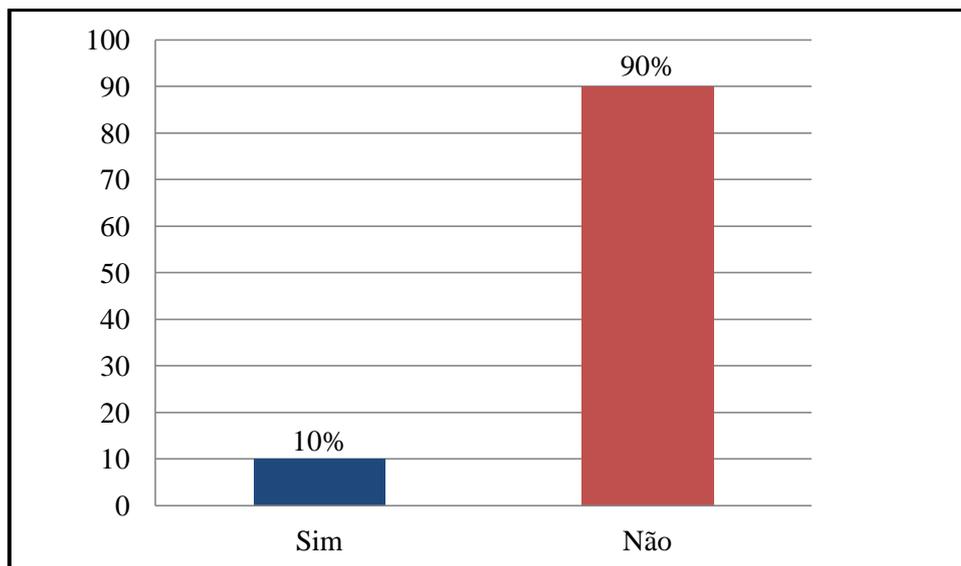


Figura 02: Investimentos de órgãos públicos para implantação da empresa.
Fonte: MEIRA, S.O. Pesquisa in loco, 2012.

Quanto ao valor dos salários que são pagos aos funcionários que trabalham no comércio varejista de roupas não há quase nenhuma variação, ou seja, a grande maioria dos empresários deste setor paga apenas um salário mínimo, enquanto uma pequena parcela paga um salário mínimo mais comissão. Nesse sentido é pertinente à afirmativa de Sposito (1994) o trabalhar, o morar e o consumir estar empregado ou desempregado bem ou mal “colocado” não se constitui apenas bases para garantir a nossa sobrevivência, mas também sustentam a escala da diferenciação social. A figura abaixo demonstra esta situação:

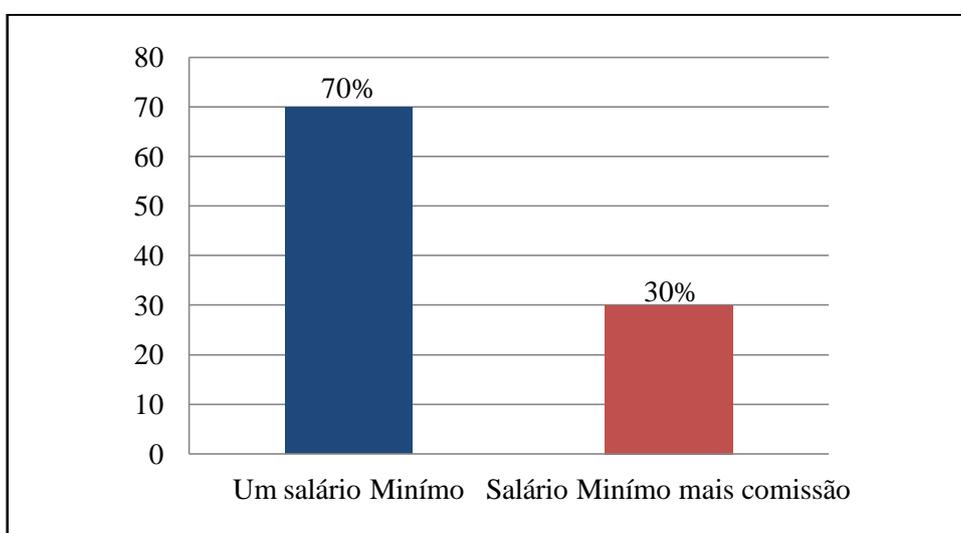


Figura 03: Salário pago aos funcionários.
Fonte: MEIRA, S.O. Pesquisa in loco, 2011.

Os comerciantes do ramo do vestuário da cidade de Jardim quando questionado sobre a rentabilidade de suas empresas, ou seja, se consideram seus empreendimentos lucrativos, se tem conseguido aferir uma margem de lucro depois de cumprir com o pagamento das despesas como, por exemplo: impostos, salários dos funcionários e outros, 80% dos entrevistados responderam que tem conseguido aferir uma boa margem de lucro, 10% dos entrevistados responderam que a margem de lucro tem sido média, os outros 10% dos entrevistados responderam que não consideram suas empresas lucrativas, pois a renda que tem conseguido com seus empreendimentos comerciais são usados na sua totalidade no pagamento de impostos, estoques, e salários dos funcionários não sobrando assim uma margem de lucro para acumulação de capital que pode ser usado em novos investimentos, conforme se encontra retratado na figura abaixo:

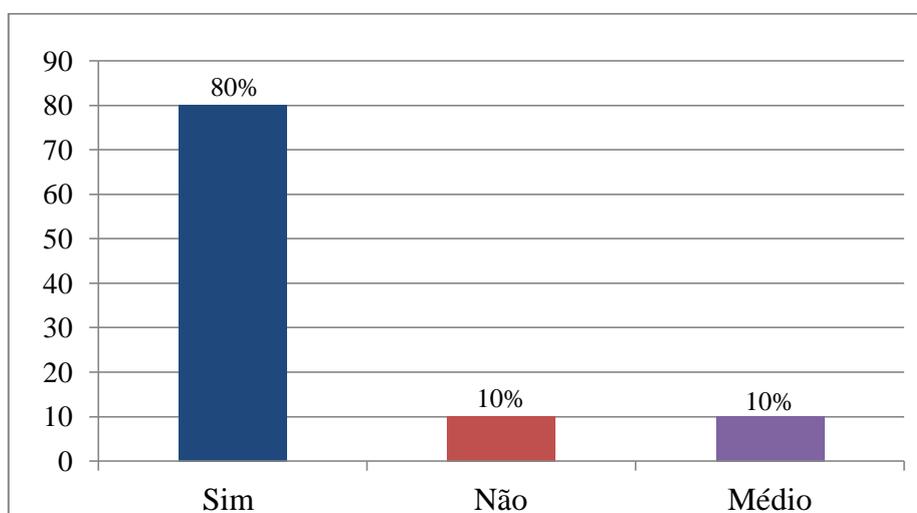


Figura 04: Rentabilidade das empresas.

Fonte: MEIRA, S.O. Pesquisa in loco, 2012.

Em relação á origem das mercadorias que são revendidas no comércio local há uma unanimidade, ou seja, são importadas de outros Estados, isso evidencia á dependência econômica que possui muitas cidades pequenas do Estado de Mato Grosso Sul, que ainda é um estado emergente no território nacional e que se encontra em processo de industrialização. A mercadoria que é revendida no comércio local vem das grandes cidades que é também onde se concentra as indústrias o que torna a capacidade de oferta de bens e serviços desses centros muito superior as das pequenas cidades, ficando para as pequenas cidades o papel de consumidoras de bens e serviços das

grandes cidade. A grande cidade desempenha ainda o papel de centro difusor de ideias e valores capitalistas. O quadro abaixo retrata esta situação:

| De onde vem à mercadoria para revender? | |
|--|--|
| Resposta 01 | “São Paulo.” |
| Resposta 02 | “São Paulo e Minas Gerais.” |
| Resposta 03 | “São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.” |
| Resposta 04 | “Paraná.” |
| Resposta 05 | “São Paulo e Paraná.” |
| Resposta 06 | “São Paulo.” |
| Resposta 07 | “São Paulo e Paraná.” |
| Resposta 08 | “São Paulo.” |
| Resposta 09 | “Paraná.” |
| Resposta 10 | “São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.” |
| Resposta 11 | “São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Outros.” |
| Resposta 12 | “São Paulo e Paraná.” |
| Resposta 13 | “São Paulo e Paraná.” |
| Resposta 14 | “São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiânia.” |
| Resposta 15 | “São Paulo e Paraná.” |
| Resposta 16 | “São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.” |
| Resposta 17 | “São Paulo.” |
| Resposta 18 | “São Paulo e Paraná.” |
| Resposta 19 | “São Paulo e Paraná.” |
| Resposta 20 | “São Paulo, Paraná e Goiânia.” |

Quadro 02: Origem das mercadorias que são revendidas no comércio local

Fonte: MEIRA, S.O. Pesquisa in loco, 2012.

Frente á isso é importante á afirmação de Corrêa (1989 p. 67)

As pequenas cidades são consumidoras de produtos, bens e serviços cuja á origem estão na grande cidade, essa rede de distribuição também é uma rede de extração de lucros comerciais que funciona da seguinte maneira o industrial da grande cidade vende seu produto á um atacadista que por sua vez regional que ao revendê-lo ao comerciante varejista da pequena cidade, adiciona uma margem de lucro ao preço pago ao industrial. O comerciante varejista, por sua vez, adiciona á sua margem de lucro ao realizar á venda ao consumidor final das pequenas cidades.

Nas entrevistas, quando questionados qual a contribuição dos estabelecimentos comerciais para a cidade de Jardim 50% dos entrevistados responderam que são os pagamentos de impostos, 30% responderam que foi á geração de empregos e 20% responderam que trouxe desenvolvimento para o Município. Conforme retrata a figura abaixo:

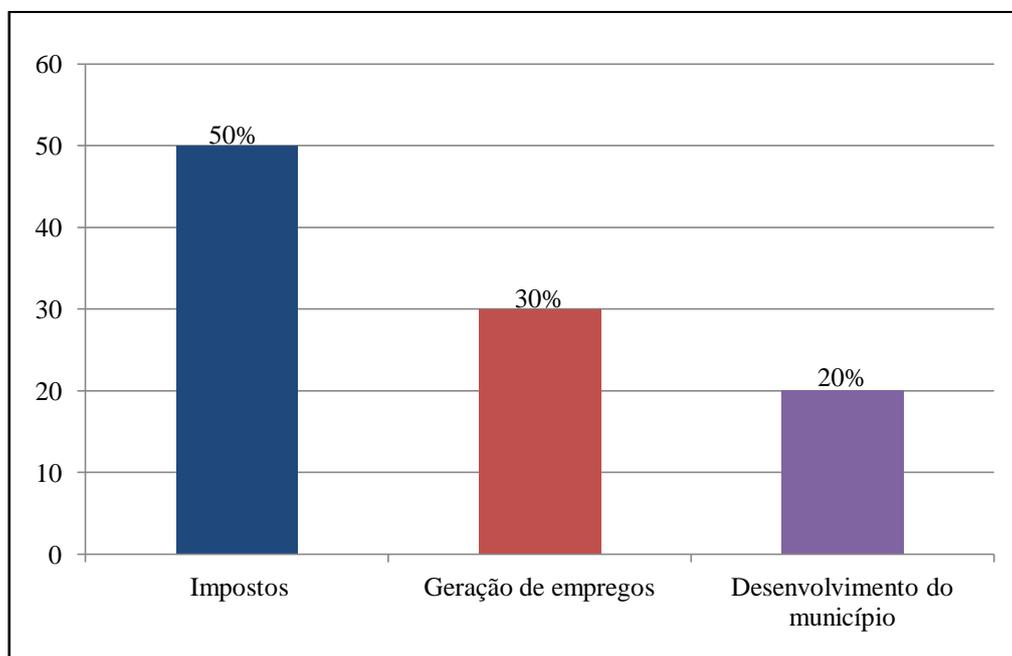


Figura 05: Contribuição dos estabelecimentos comerciais para a cidade de Jardim/MS.
Fonte: MEIRA, S.O. Pesquisa in loco, 2012.

Outro ponto que é importante destacar é que quando perguntado se com a venda de seus produtos conseguiria acumular capital para abrir outra empresa em curto prazo, ou seja, no momento atual, á maioria respondeu que não, pois a renda deste setor é uma renda que não tem possibilitado acumulo de capital.

Segundo os comerciantes da cidade de Jardim, talvez nem á longo prazo, mas se o consumo se intensificar pretendem acumular capital para abrir outra empresa,

pois o consumo nesse ramo tem se mantido em nível médio. Essa situação se encontra retratada na figura 06 abaixo.

Nesse sentido é importante destacar a afirmação de Moreira (1999) que: O comércio é uma atividade tipicamente urbana, que atende às necessidades da população da própria cidade, da zona rural e de cidades mais ou menos próximas, bem como eventuais turistas ou viajantes. Dessa maneira, a função comercial é importantíssima para a vida das cidades. A importância de uma cidade depende em grande parte de sua função comercial.

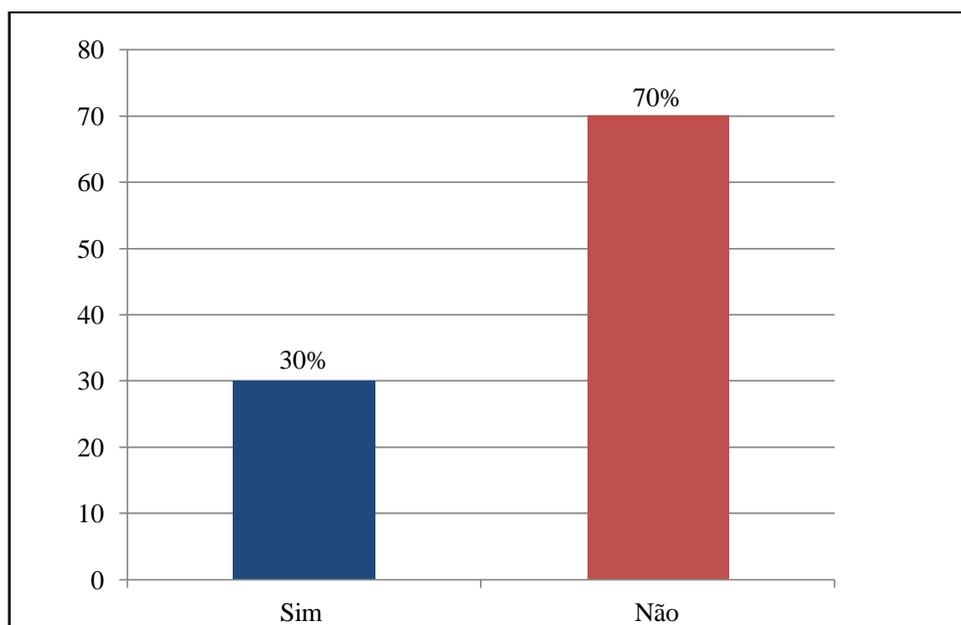


Figura: 06: Acumulação de capital a curto prazo para abrir outra empresa

Fonte: MEIRA, S.O. Pesquisa in loco, 2012.

A sociedade atual é uma sociedade capitalista baseada no consumo, pois o consumo aquece a economia, muitas são as medidas de redução dos impostos sobre os produtos industrializados para que dessa forma os preços se tornem acessíveis para a maioria da população consumir, pois se o consumo cair a economia entra em decadência, pois o consumo se tornou o motor da economia. Mas para manter o consumo é necessárias políticas de geração de empregos.

Dessa forma uma cidade para manter o consumo em alta necessita de atividades econômicas que com o passar dos anos gerem emprego e renda para a população, a cidade de Jardim tem que possuir dinamismo e a capacidade de buscar a sua forma de desenvolvimento que mais se adapte as suas características, beneficiando toda a população e não somente os grupos já privilegiados. Os comerciantes

entrevistados foram unânimes em dizer que a cidade de Jardim necessita de mais geração de empregos conforme se encontra retratado no quadro abaixo:

| Em sua opinião o que deve ser feito para melhorar a questão econômica de Jardim? | |
|---|---|
| Resposta 01 | “Gerar mais empregos fazendo com que os jovens que se formem fiquem em Jardim, e os que vão para fora estudar, retornem a cidade”. |
| Resposta 02 | “Geração de mais emprego para a população.” |
| Resposta 03 | “Gerar mais empregos, pois devido a nossa cidade estar bem no centro de outras cidades menores, divulgar e melhorar o comércio, como por exemplo, a implantação do Jardim Shopping a céu aberto.” |
| Resposta 04 | “Incentivos para trazer empresas de fora para oferecer mais trabalho para a população.” |
| Resposta 05 | “Criação de indústrias para gerar mais empregos e dessa forma alavancar o consumo.” |
| Resposta 06 | Mais incentivos financeiros para as micros e pequenas empresas dos municípios. |
| Resposta 07 | “Implantação de indústrias para a geração de emprego.” |
| Resposta 08 | “Mais incentivos por parte da prefeitura, e indústrias.” |
| Resposta 09 | “Tudo, mais incentivos aos comerciantes, principalmente união entre eles.” |
| Resposta 10 | “Melhoria no mercado de trabalho.” |
| Resposta 11 | “Implantação de indústrias e mais Universidades.” |
| Resposta 12 | “Indústrias para a geração de emprego.” |
| Resposta 13 | “Alguma outra atividade econômica que gerasse empregos e aquecesse o consumo.” |
| Resposta 14 | “Geração de empregos através de indústrias, pois dessa forma aumentaria o consumo.” |
| Resposta 15 | “Mais empregos, indústrias, empresas de médio e grande porte, em geral maior fluxo de dinheiro nas cidades.” |
| Resposta 16 | “Mais incentivos para a questão turística, como por exemplo, uma semana de festa como o festival de inverno de Bonito.” |
| Resposta 17 | “Implantação de algum tipo de indústria no município.” |
| Resposta 18 | “Incentivar mais turistas a visitar a cidade.” |
| Resposta 19 | “Implantação de alguma indústria para gerar empregos.” |
| Resposta 20 | “Implantação de indústrias” |

Quadro 03: Opiniões dos comerciantes entrevistados acerca do que precisa melhorar na cidade de Jardim/MS.

Fonte: Meira, S. O in loco 2012.

Quanto à mobilidade dos funcionários, ou seja, se empresa aumentou o quadro de funcionários nos últimos cinco anos a maioria respondeu que não foi possível fazer novas contratações, pois, o quadro de funcionários que já possuem é suficiente para o tamanho e o orçamento da empresa, conforme retrata a figura abaixo:

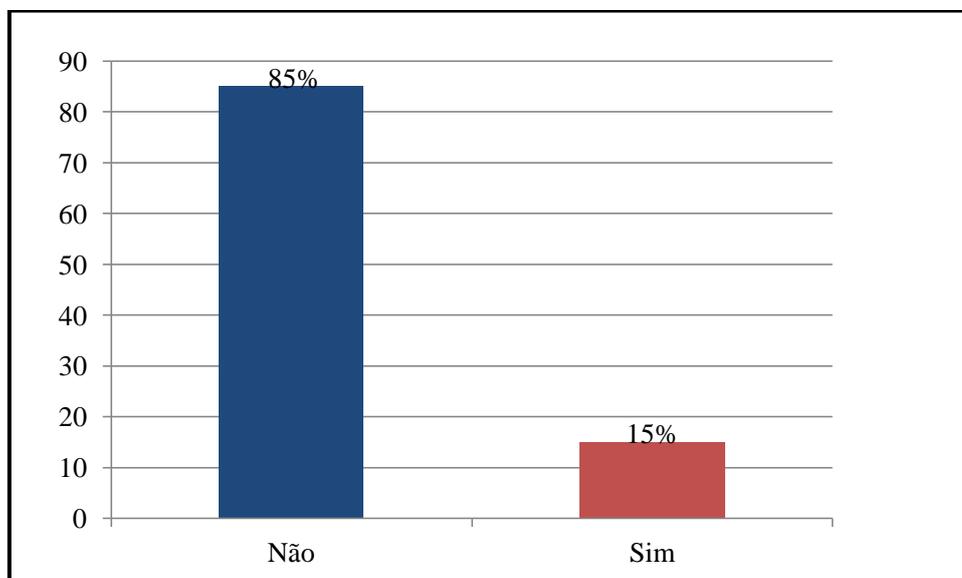


Figura 07: Mobilidade dos funcionários nos últimos cinco anos.

Fonte: MEIRA, S.O. Pesquisa in loco, 2012.

3.5 Alternativas para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Jardim/MS

A instalação de novas empresas e indústrias é de suma importância para o desenvolvimento local, pois, proporciona concorrência de mercado, novas alternativas de comércio, além de fazer com que o Município se torne um atrativo comercial, assim como há preocupação em garantir aos empreendedores condições para que haja oportunidades de geração de emprego e renda para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Os benefícios previstos com a instalação de indústrias e novos comércios no Município são: geração de emprego e renda para a população local e regional, tendo como consequência a melhoria do nível de vida dessa população, melhoria da infraestrutura do Município, geração de impostos, circulação de moeda, diversificação de produtos, novos atrativos comerciais, tornando a cidade atrativa para as pessoas de outras cidades podendo até se transformar em um importante polo comercial.

Mesmo as regiões menos desenvolvidas do Brasil estão inseridas no sistema global, onde a política governamental é flexível com sistemas adaptados para cada

região desenvolver a sua forma de industrialização e inserção no contexto de Brasil em desenvolvimento. Entendendo que cada cidade deve buscar a sua forma de desenvolvimento, com base nas características específicas de cada Município. Porque o Município é a forma de organização política da cidade no Brasil.

Isto significa, inicialmente, ter o conhecimento prévio das características físico-sociais do Município, suas restrições e potencialidades, e o estabelecimento claro dos objetivos que cada um almeja para o próprio desenvolvimento.

Nesta imagem abaixo esta a demonstração da localização da sede do Município de Jardim/MS, ou seja, somente o perímetro urbano do Município o qual é denominado pela literatura como cidade. Cidade de Jardim/MS.

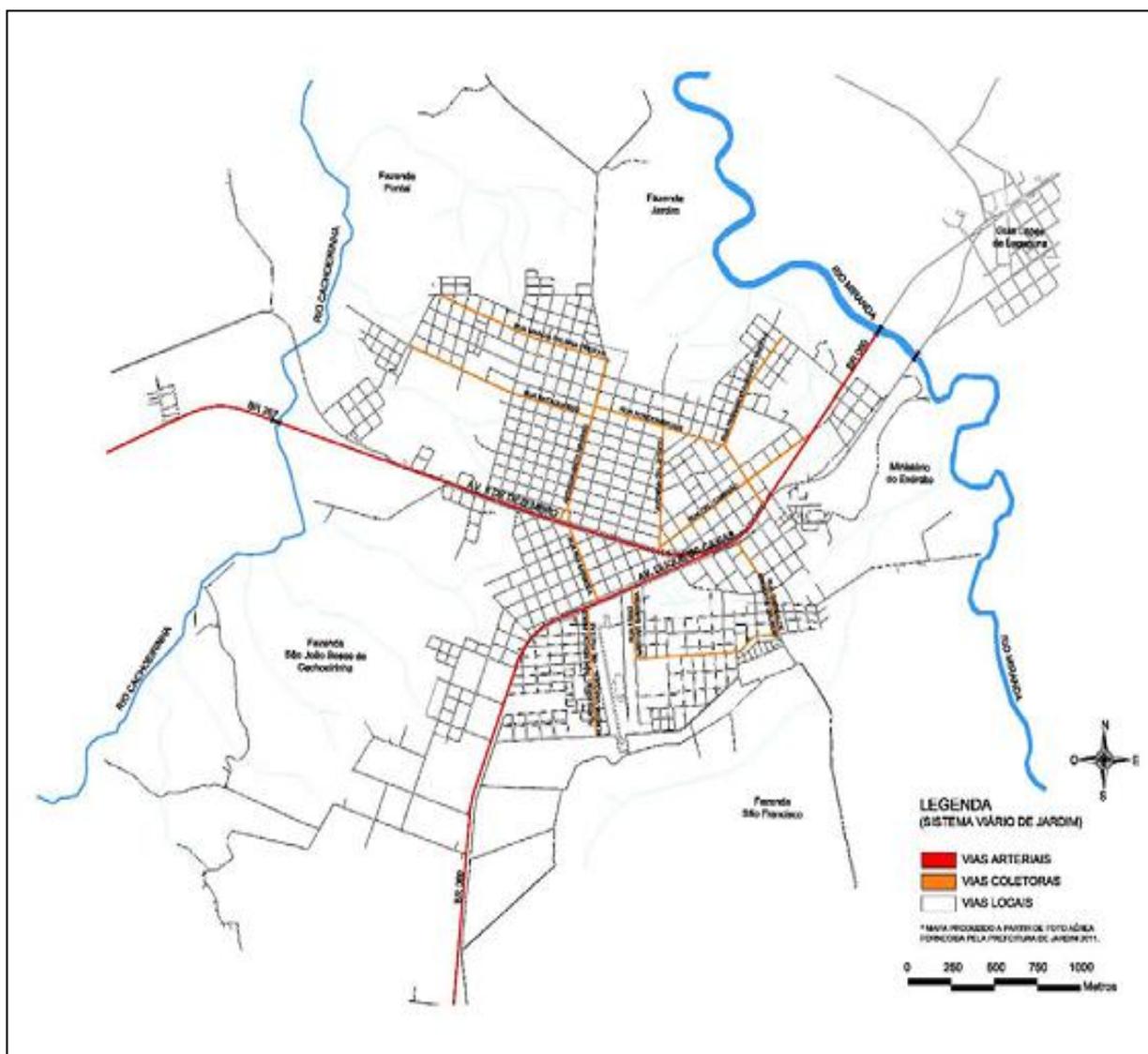
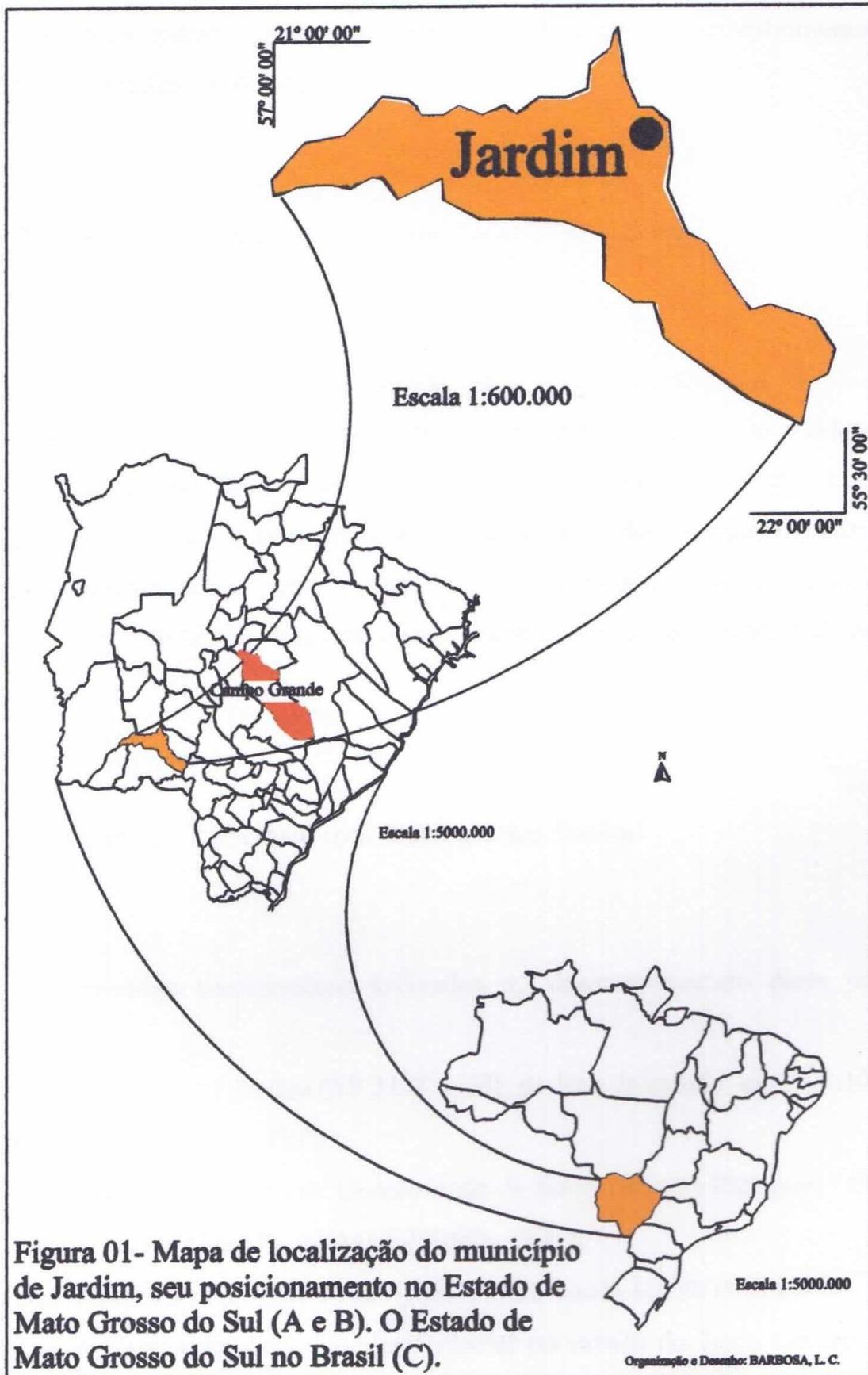


Imagem 02: Planta do perímetro urbano da cidade de Jardim/MS

Fonte: Plano Diretor Produto 04



CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia torna-se importante para a pesquisa científica, uma vez que mostra o caminho a ser trilhado para sua execução satisfatória. Assim, na presente pesquisa, utilizou-se o método dedutivo, considerando características gerais, para após analisar as particularidades da área em estudo, constituindo-se em uma pesquisa descritiva. Não existem, portanto, um modelo de pesquisa infalível e exclusivo, nem superior á outro.

Para realizar a pesquisa, teve como objeto de estudo os comerciantes da à área urbana do Município de Jardim/MS, ou seja, a cidade de Jardim /MS, pois este é o setor que mais contribui com a arrecadação municipal e empregos no Município.

Mas este é um setor estritamente dependente do consumo da população, se o consumo cai este setor também sofre as consequências e para o consumo se manter em alta a cidade precisa gerar empregos.

Para desenvolver este estudo das questões que cerceiam o comércio foi preciso o levantamento teórico e embasado nas bibliografias especializadas no assunto que discutem todas as questões que envolvem o cotidiano da vida urbana, dentre eles as questões sociais, econômicas, históricas e políticas, além dos dados que foram colhidos na pesquisa a campo também foram utilizados dados secundários que foram previamente selecionados de acordo com o trabalho. Este trabalho se desenvolveu em três fases:

Primeira Fase – Mobilização:

Nesta primeira fase foi realizado o embasamento teórico com autores que tratam da temática em questão, e que gerou as reflexões teóricas dos dois primeiros capítulos.

Segunda Fase – Estruturação:

O segundo passo pautou-se em visitas a campo para observar a área de estudo e a dinâmica comercial que envolve a cidade, seguida da realização das entrevistas com os comerciantes do ramo do vestuário da cidade de Jardim /MS através de um questionário previamente elaborado com a orientadora com questões que envolvem a dinâmica econômica do Município. O questionário foi aplicado nos dias 24, 25 e 26 de Outubro de 2012. Este se encontra no apêndice no final deste trabalho.

Terceira fase – Resultados:

Nesta terceira fase se constituiu a tabulação dos dados que foram colhidos na pesquisa a campo que gerou os gráficos que estão expostos e comentados no capítulo três deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou refletir sobre as particularidades do Município de Jardim/MS enquanto espaço econômico, procurando identificar as potencialidades que podem ser mais bem exploradas para a obtenção de um nível mais elevado de desenvolvimento. As formas como as regiões buscam o desenvolvimento são inúmeras e variadas, não existe um modelo que se adapte a qualquer região, pois isto é algo natural e evolui com os elementos da cultura, da renda e outras variáveis.

Mas ao propor ações para desenvolver potencialidades é preciso buscar respostas para as seguintes questões norteadoras: o que se sabe fazer no Município? Existe demanda para aquilo que se sabe fazer? Esta atividade provoca efeitos multiplicadores, principalmente na geração de emprego, renda e consumo?

O problema que se procurou responder neste estudo é se há alguma potencialidade inexplorada que poderia ser mais bem aproveitada, podendo resultar na geração de emprego e renda e refletir em melhores condições de vida para todos.

A urbanização não é apenas expressão do desenvolvimento capitalista, mas resultado das particularidades históricas do processo de transformações econômicas e sociais. O processo de urbanização é determinado pelas características geográficas, as quais influem na evolução do processo histórico e moldam a urbanização. Além da influência das características geográficas, a urbanização ocorre em resposta às contradições que resultam do domínio sobre o território e das necessidades de acumulação de capital.

Com base no que foi analisado neste trabalho, a pesquisa demonstra que o comércio na cidade necessita de melhoras, ou seja, precisa melhorar as vendas, a infraestrutura, e também notou-se uma grande insatisfação por parte dos comerciantes com a falta de geração de empregos e a falta de indústrias, que possam gerar mais renda para a população. Cada região deve buscar sua forma de desenvolvimento econômico e social de acordo com suas particularidades, mas um ponto é certo todas as regiões podem crescer economicamente e de forma sustentável o que se tornou uma das preocupações da atualidade. Assim, faz-se necessário incentivar o comércio e a indústria para o desenvolvimento da zona urbana do Município, visto que esse trabalho proporcionou uma análise e reflexões socioespacial da área em estudo, podendo futuramente auxiliar em possíveis estudos acerca do desenvolvimento municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÃO (ABIT, 2007) Disponível em: www.abit.org.br. Acesso em 19 Set. de 2012.

ALMEIDA, Cecília Calhau. **Centro urbano e centralidades do Município de Viçosa MG**. Monografia em Geografia, Universidade Federal de Viçosa MG, 2006.

BERNARDI, Jorge Luiz. **Funções sociais das cidades: conceitos e instrumentos**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

BENSANDON. Scarpa, Ligia. **Um Estudo sobre á autogestão: Significado de uma pratica**. USP Departamento de Economia e Administração, São Paulo 2008.

CASTELAR. Armando, Sicsú João (organizadores) **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília IPEA, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. Ed Atica, 2º edição São Paulo, 1989.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Contribuição ao debate acerca das pequenas cidades na rede urbana**. Universidade Estadual do Centro Sul do Paraná-UNICENTRO, 2005.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. Ed. Fundo de Cultura, 6º edição brasileira, Rio de Janeiro, 1973.

GLAESER, Edward. **Quanto mais gente melhor**. Entrevista a Revista Veja, São Paulo, 28 de março de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000 e 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 20 Ago. 2012.

JOIA, Paulo Roberto. **Industrialização dos Municípios de Jardim e Guia Lopez da Laguna**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) 2009.

LIPKE, Lúcia Liviele. **Potencialidades Comerciais da Cidade de Agudo RS.** Trabalho final de Graduação em Geografia, UNIFRA, RS 2010.

LOPEZ. Diva, Maria Ferlin, HENRIQUE. Wendel. (organizadores) **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. A Natureza Contraditória da urbanização em um contexto.** (Série estudos e pesquisas, 87). Salvador: SEI 2010.

MIRANDA, Ângela Francisca. **Planejamento na administração das pequenas cidades: uma exigência dos novos tempos.** Instituto avançado de pesquisas educacionais, Alegre 2009.

MOREIRA, Igor. **O Espaço Rio-grandense.** 3º ed. São Paulo Ática, 1999.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO. **Produto 02: Relatório da leitura da realidade do Município.** Prefeitura Municipal de Jardim/MS, 2011.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Cidades ou sociedades sustentáveis.** Semana Oficial de Engenharia Arquitetura e Agronomia, Manaus, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países. Subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** 3º ed. São Paulo Hucitec, 1994.

SHERER, Rebeca. **Cidade e Trabalho na América Latina.** Org. CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês Geirages. **Dilemas urbanos novas abordagens sobre as cidades.** São Paulo, editora: contexto, 2003.

SILVA, Jurado, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente, SP, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Industrialização e Urbanização. Capitalismo e Urbanização.** São Paulo, contexto, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **A Urbanização no Brasil.** São Paulo, CENP, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **A cidade e seus territórios.** In: Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, Curitiba, 1994.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento local e na Transformação da realidade.** 2002

WINNSENBACH. Tomás Cortez. **Economia urbana.** In: São Paulo (Cidade), Município em mapas, São Paulo, 2006.

